

**HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO**

Rua Barão de Itapary, nº 227 - Bairro Centro

São Luís-MA, CEP 65020-070

- <http://huufma.ebserh.gov.br>

Projeto Básico - SEI

Processo nº 23523.038212/2021-07

**1. OBJETIVO**

1.1. Promover apoio à área assistencial quanto ao serviço de remoção de paciente inter hospitalar (ambulância) por meio da contratação de empresa especializada em prestação de serviços contínuos para este fim, conforme especificações definidas neste Projeto Básico.

**2. OBJETO**

2.1. Contratação de empresa especializada em prestação de serviços contínuos de remoção de paciente internados no HU-UFMA e seus Anexos para outros hospitais e laboratórios no perímetro urbano da Cidade de São Luís - MA, mediante utilização de ambulância de suporte avançado (UTI MÓVEL – TIPO D) e ambulância de suporte básico (TIPO B), dotada de equipamentos, de acordo com as normas estipuladas pela Resolução CFM nº 1.671/2003, de 29/07/2003, 24 horas por dia, de domingo a sábado (sete dias por semana), inclusive feriados, pelo período de 36 (trinta e seis) meses, conforme condições, especificações e quantidades estabelecidas no Projeto Básico.

**3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

3.1. O Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão - HU-UFMA filial EBSEERH está inserido no Sistema Único de Saúde (SUS) como referência terciária e quaternária nas áreas de alta complexidade para toda a região, atendendo a todos os segmentos da população. Enquanto existe uma crescente busca da sociedade pelo atendimento assistencial de saúde, além do aumento das demandas pela habilitação junto ao Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde, que estabelece metas assistenciais a serem cumpridas, inclusive definindo a média mensal/anual do número de procedimentos a serem realizados pela unidade de saúde habilitada, cresce também as atribuições deste nosocômio para efetiva realização dos serviços prestados.

3.2. A contratação do **Serviço de Remoção Terrestre em Ambulância Suporte Básico - Tipo B e Suporte Avançado - Tipo D** é imprescindível para prestar serviços contínuos e ininterruptos de remoção de pacientes (adulto, infantil e neonatal) em estado de saúde crítico, com prestação de serviço de todos os recursos humanos e materiais necessários durante 24 horas, atendendo demandas assistenciais de exames e procedimentos, assim como realizando transferências externas de pacientes. Com a contratação do serviço, o veículo e a equipe estarão sempre disponíveis para as situações que envolvam pacientes gravemente enfermos.

3.3. A execução do serviço deve garantir assistência rápida e de qualidade aos cidadãos acometidos por agravos de urgência, contando com veículo e equipamentos dotados de tecnologias eficientes e específicas para o fim e, ainda, acompanhamento de equipe médica e outros profissionais da saúde, em conformidade com as normas estipuladas pela Resolução CFM nº 1.671/2003, de 29/07/2003, que dispõe sobre a regulamentação do atendimento pré-hospitalar.

3.4. O Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão - HU-UFMA/EBSEERH não dispõe de veículo próprio com condições que atendam às especificações previstas em lei para uma UTI Móvel. Sendo assim, a contratação pretendida está amparada por analogia na Portaria nº 2048 GM/MS 2048, de 05 de novembro de 2002, sendo imprescindível à Administração para o desempenho de suas competências legais, por meio do atendimento de pacientes que necessitam realizar exames complementares de apoio e diagnóstico de urgência/emergência e/ou investigação clínica, além de remoções para outras unidades hospitalares como destino final ao tratamento, colaborando assim para maior segurança no atendimento e consequentemente melhor recuperação do paciente, além disso, com menores riscos do agravamento do seu estado clínico.

3.5. Assim, para a continuidade da manutenção à vida em atendimento integral aos pacientes assistidos por esta instituição que necessitam de remoção, a contratação se torna indispensável e, em se tratando da relevância deste nosocômio para a promoção da saúde pública para o Estado do Maranhão. A essencialidade da contratação do serviço se justifica, uma vez que a falta destes comprometerá fatalmente o atendimento dos pacientes internados e usuários dos serviços de saúde deste Hospital Universitário, causando sérios transtornos quanto ao transporte dos usuários quando da internação, realização de exames de imagem (tomografia, ressonância magnética, etc.), do HU-UFMA/EBSEERH, etc.

3.6. Registra-se que o pleito está em conformidade com as orientações constantes na IN nº 05/2017/MPDG, de 25 de maio de 2017 e o Regulamento de Licitações e contratos da Ebserh.

**4. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

4.1. A contratação de pessoa jurídica para execução dos serviços objeto deste Projeto Básico encontra amparo legal na Lei nº 13.303/2016, Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh e Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, além das seguintes:

- Lei 10.520 de 2002, que institui a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns;
- Lei 8.078 de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências;
- Lei 12.876 de 2013, que institui sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira;
- Decreto Federal nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 – Decreto de terceirização;
- Regulamento de Licitações e Contratos da EBSEH – Resolução nº 71 de 28 de junho de 2018 do Conselho de Administração;
- Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010 – Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;
- Norma Regulamentadora nº 01 – Disposições gerais relativas à segurança e medicina do trabalho;
- Norma Regulamentadora nº 06 – Equipamentos de Proteção Individual (EPI);
- Norma Regulamentadora nº 32 – Segurança e saúde no trabalho em estabelecimentos de saúde;
- Portaria nº 930/1992 do Ministério da Saúde;
- Portaria nº 2048, de 05 de novembro de 2002, do Ministério da Saúde;
- Resolução Conselho Federal de Medicina (CFM) nº 1672/2003;
- Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) da ANVISA nº 306/2004;
- Resolução CONAMA nº 1, de 11 de fevereiro de 1993;
- Resolução CONAMA nº 8, de 31 de agosto de 1993;
- Resolução CONAMA nº 17, de 13 de dezembro de 1995;
- Resolução CONAMA nº 18, de 6 de maio de 1986;
- Resolução CONAMA nº 242, de 30 de junho de 1998;
- Resolução CONAMA nº 258, de 26 de agosto de 1999;
- Resolução CONAMA nº 272, de 14 de setembro de 2000;
- Resolução CONAMA nº 418, de 25 de novembro de 2009;
- Lei 9.660, de 1998 – Dispõe sobre a substituição gradual da frota oficial de veículos e dá outras providências;
- ABNT NBR 14561/2000 – Veículos para atendimento a emergências médicas e resgate.

4.2. Além das normas citadas, a contratação será orientada pelas:

- Normas e especificações constantes no Projeto Básico e Estudo Preliminar;
- Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);
- Normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

## 5. ENQUADRAMENTO E FUNDAMENTO LEGAL DO OBJETO

5.1. Os serviços objeto da presente contratação caracterizam-se como de natureza comum, de caráter contínuo, tendo em vista que são geralmente ofertados por diversos prestadores de serviço e são facilmente comparáveis entre si, de modo a permitir a decisão de contratação com base no menor preço, por meio de especificações usuais praticadas no mercado., conforme definição descrita no parágrafo único, art. 1º, da Lei nº 10.520/2002, e no art. 3º, inciso II, do Decreto nº 10.024/2019.

5.2. Os serviços a serem contratados caracterizam-se de expertise amplamente conhecida no mercado, não sendo necessária a transferência de conhecimentos, tecnologias e técnicas empregadas.

5.3. Será empregada a modalidade de licitação na forma de pregão eletrônico, instituído pela Lei nº 10.520/2002 e regulamentado pelo do Decreto nº 10.024/2019, uma vez que se trata de serviços de natureza comum.

5.4. O serviço prestado será de forma contínua pela sua essencialidade, visando atender à necessidade pública de forma permanente, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público e o funcionamento das atividades finalísticas do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão/EBSEH, já que sua interrupção comprometeria a prestação do serviço público de saúde à população e ao próprio cumprimento da missão institucional desta organização.

5.5. A contratação dos serviços visado por este Projeto Básico se enquadra nas exceções previstas no art. 4º do Decreto 9.507/2018 e na Instrução Normativa nº 05/2017, da Secretaria de Gestão/MPDG.

## 6. FORMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

6.1. A Contratada deverá prestar serviços de acordo com as necessidades estabelecidas neste Projeto Básico, observado o limite máximo serviço a ser disponibilizado, conforme estabelecido abaixo:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UND	QUANTIDADE ANUAL	QUANTIDADE 36 MESES
01	01	Serviço de Transporte de Paciente em <u>Ambulância de Suporte Básico - TIPO B</u> , com disponibilidade em	14052	UND	12	36

		tempo integral, de forma ininterrupta, para atender às necessidades da Unidade Materno Infantil e da Unidade Presidente Dutra.				
	02	Serviço de Transporte de Paciente por <u>Ambulância TIPO D - Ambulância de Suporte Avançado</u> , com disponibilidade em tempo integral, de forma ininterrupta, para atender às necessidades da Unidade Materno Infantil e da Unidade Presidente Dutra.	14052	UND	12	36

6.2. Os itens deverão ser agrupados em GRUPO, sendo GRUPO 01: itens 01 e 02, a fim de permitir a praticidade no gerenciamento dos serviços.

6.3. Os serviços serão executados mediante a disponibilização de ambulâncias de suporte avançado Tipo D (UTI MÓVEL) e suporte básico Tipo B, equipadas de acordo com o previsto na Resolução CFM nº1.671/2003, e, também, com: Eletrocardiograma, Desfibrilador, Aspirador, Nebulizador e Reanimador Cárdio-Pulmonar;

6.4. O serviço de ambulância de suporte básica – Tipo B e de suporte avançado - Tipo D (UTI MÓVEL) serão remunerados pelo valor mensal fixo;

6.5. O agendamento de chamados para procedimentos eletivos será realizado com antecedência de no, mínimo, 12 (doze) horas;

6.6. A empresa deverá atender a solicitação emergencial em até **40 minutos** do registro da demanda;

6.7. O serviço deverá estar disponível 24 (vinte e quatro) horas através de Call Center disponibilizado pela Contratada;

6.8. Os serviços serão executados mediante chamados, previamente agendados pelo HU-UFMA/EBSERH através do Serviço de Transporte para Ambulância;

6.8.1. O agendamento de chamados para procedimentos eletivos será realizado com antecedência de no, mínimo, 01 (uma) hora;

6.8.2. Os chamados de ambulância para atendimentos de procedimentos de Urgência ou Emergência deverão ser atendidos imediatamente ao agendamento;

6.9. O transporte de pacientes deverá ser feito seguindo as normas e legislação vigente;

6.10. A ambulância UTI MÓVEL e a ambulância BÁSICA deverão estar em perfeito estado de conservação, inclusive quanto à mecânica, carroceria e acomodações dos pacientes e profissionais, equipamentos de segurança e tráfego previstos na legislação, além de possuir documentação totalmente regularizada e estar licenciada em nome da empresa licitante que vier a ser contratada.

6.11. As ambulâncias deverão estar disponibilizadas com seus respectivos condutores socorristas.

6.12. Como garantia ao fiel cumprimento do tempo mínimo estimado para realização das remoções, orienta-se que a sede administrativa da Contratada, onde as ambulâncias ficarão em stand-by, deve ser de, no mínimo, um perímetro de 10 km do HU-UFMA/EBSERH.

6.13. Anterior à fase de execução do procedimento de remoção terrestre de pacientes críticos em ambulância tipo D, a Contratada deverá apresentar plano de trabalho aprovado pela Unidade de Hospitalidade/Setor de Hotelaria Hospitalar para ajustes necessários quanto à execução dos serviços, incluindo cronograma e ações de contingência.

6.14. Deverá apresentar, ainda, procedimento operacional padrão contendo as etapas de execução do procedimento que deverá ser validado pela Unidade de hospitalidade/Setor de Hotelaria Hospitalar.

6.15. Os serviços serão prestados dentro dos parâmetros de qualidade estabelecidos neste processo, com emprego de pessoal, equipamentos e material suficientes para assegurar plena eficácia na execução, sob inteira responsabilidade da Contratada, quer seja civil ou administrativa.

6.16. Os serviços e a movimentação de materiais deverão ser executados sem prejuízo das atividades normais.

6.17. As remoções serão realizadas com agendamento prévio ou por solicitação emergencial, através de Call Center disponibilizado pela Contratada;

6.18. As remoções serão realizadas dentro do perímetro urbano da cidade de São Luís - MA. Não haverá variação de preço das remoções quanto à quilometragem e tempo de espera.

- 6.19. Nos casos de transporte nos trechos ida e volta, a empresa deverá acompanhar o paciente por todo o período.
- 6.20. Os serviços deverão ser prestados 24 horas por dia, 7 dias por semana, considerando que se trata de uma instituição de saúde de funcionamento ininterrupto.
- 6.21. Todo o serviço insuficiente poderá ser interrompido e/ou refeito quando solicitado pela Unidade demandante, sem ônus para a Contratante.
- 6.22. A ambulância UTI MÓVEL - Tipo D deverá estar em perfeito estado de conservação, inclusive quanto à mecânica, carroceria e acomodações dos pacientes e profissionais, equipamentos de segurança e tráfego previstos na legislação; possuir documentação totalmente regularizada e estar licenciada em nome da empresa licitante que vier a ser contratada.

## 7. PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

- 7.1. Em regra, as licitações devem ser realizadas por item, a fim de preservar a competitividade e a isonomia no certame, conforme previsto nas legislações licitatórias.
- 7.2. O agrupamento é necessário em atenção ao Princípio da Padronização, diante da similaridade dos serviços e a fim de garantir a viabilidade econômica da contratação, de modo a propiciar à Administração uma consecução mais vantajosa.
- 7.3. Considerando as características dos serviços, não haverá parcelamento do objeto por itens, visto que, a opção pelo agrupamento exposto no objeto deste certame se faz pela conveniência e economia na gestão, similaridade entre serviços, gerenciamento e controle na execução dos serviços, em consonância com os princípios da razoabilidade e da economicidade.
- 7.4. Do ponto de vista técnico, constatou-se durante a pesquisa de preço junto ao mercado maior vantajosidade econômica em não realizar o parcelamento da Contratação, levando em consideração as particularidades do serviço, já que as remoções ocorrerão em sua maior porcentagem entre as Unidades Presidente Dutra e Materno Infantil.
- 7.5. Além disso, a realização da licitação por meio de lote único acarretará numa maior racionalização quanto ao número de contratos onde, sendo apenas um, a gestão e fiscalização pode demandar menos tempo por parte da equipe de fiscalização, reduzindo gastos para a Administração Pública.

## 8. PROPOSTA DE PREÇO

- 8.1. A proposta de preços obrigatoriamente deverá estar acompanhada da especificação completa do produto/serviço a ser fornecido, de forma clara e inequívoca, fazendo constar ainda:

- a) nome comercial / marca;
- b) prazo de validade da proposta 90 (noventa) dias;
- c) declaração da licitante que possui instalações físicas, ambulâncias e equipamentos em quantidade suficientes e adequados para prestação do objeto da licitação.

- 8.2. A Administração poderá realizar visita técnica nas dependências da licitante para averiguar as informações contidas na declaração constante na alínea c.

## 9. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 9.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são conforme disciplinado no edital.
- 9.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo prestador de serviço estão previstos no edital.
- 9.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo prestador de serviço serão:

a) Atestado(s) emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em nome da licitante, comprovando a execução de atividades de Remoção de Pacientes pelo período de 03 (três) anos, compatível(s) em características, quantidade e prazos com o objeto da licitação.

I. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

II. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

b) Licença de Funcionamento expedida pelo órgão de Vigilância Sanitária, juntamente com a renovação do CMVS (Cadastro Municipal de Vigilância Sanitária) anualmente, conforme legislação vigente.

c) Registro da empresa e do(s) responsável(eis) técnico(s) indicado(s), junto ao Conselho de fiscalização responsável pela atividade básica ou serviço preponderante da empresa, obedecida à legislação pertinente.

d) Licença Sanitária atualizada da sede da Licitante e de, no mínimo, 01 (uma) UTI's Móveis categoria D e 01 (uma) categoria Básica - Tipo B;

e) Alvará de localização e funcionamento expedido pela Prefeitura do Município da(s) base(s) de atendimento da empresa.

#### 10. VISTORIA/VISITA TÉCNICA

10.1. O HU-UFMA/EBSERH sugere aos licitantes interessados a realização de vistoria ao local onde serão executados os serviços, examinando as áreas, tomando ciência do estado de conservação, características e eventuais dificuldades para execução dos serviços.

##### a) EMPRESAS QUE OPTAREM EM EXERCER O DIREITO À VISITA TÉCNICA:

10.2. As licitantes interessadas deverão se apresentar através de representante da empresa devidamente autorizado para realização da visita. A licitante será responsável pelo agendamento da visita junto à Unidade de Hospitalidade/Setor de Hotelaria Hospitalar do HU-UFMA/EBSERH, através de solicitação via e-mail: [setor.hotelaria@huufma.br](mailto:setor.hotelaria@huufma.br)

**“ASSUNTO: Agendamento de visita pregão XXX /2022 – CORPO DO E-MAIL: Através deste a empresa \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_ solicita agendamento de visita referente ao pregão HU-UFMA/EBSERH N° XXX /2022, indicando o representante \_\_\_\_\_, documento de identificação nº \_\_\_\_\_. ”**

10.3. O agendamento da visita técnica será confirmado pelo mesmo e-mail. Qualquer dúvida e esclarecimento referente a visita poderá ser realizada através dos telefones: (098) 2109 1190 no horário comercial (8h às 12h e das 14h às 18h). O prazo final para realização da visita será até 02 (dois) dias úteis antes do prazo indicado para a abertura dos lances. Após a visita, o Setor de Hotelaria Hospitalar do Hospital Universitário da UFMA emitirá Declaração comprovando a realização da Visita Técnica pela licitante.

##### b) EMPRESAS QUE OPTAREM EM NÃO EXERCER O DIREITO À VISITA TÉCNICA :

10.4. As licitantes que decidirem não exercer o direito à Visita Técnica deverão enviar à Comissão Permanente de Licitação/ HU-UFMA declaração original assinada em papel timbrado da empresa com o seguinte texto:

**“A empresa \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_ declara que optou em não fazer a Visita Técnica referente ao pregão HU-UFMA/EBSERH N° XXX /2022, assumindo o risco de uma avaliação menos acurada, não podendo, futuramente, opor-se contra a Administração para eximir-se de qualquer obrigação assumida ou para rever os termos do contrato que vier a firmar.**

**Local, data; Assinatura, N° Identificação e Cargo do Representante Legal.”**

#### 11. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

11.1. Os serviços serão executados no Complexo Hospitalar da Universidade Federal do Maranhão/EBSERH, localizado em São Luís - MA, a saber:

- a) **Unidade Presidente Dutra.** End.: Rua Barão de Itapary, nº 227, Centro - São Luís-MA. CEP: 65020-070;
- b) **Unidade Materno Infantil.** End.: Rua Silva Jardim, nº 215, Centro - São Luís-MA. CEP: 65020-560
- c) **Anexo Ambulatório de Dermatologia e Ambulatório de Cirurgia Bariátrica; Centro de Prevenção de Doença Renal.** End.: Rua dos Prazeres nº 83, Centro.
- d) **Anexo Ambulatório de Urologia / Coleta – Laboratório de Análises Clínicas** End.: Travessa do Currupira nº 42, Centro
- e) **Anexo Ambulatório Pneumologia e Dor.** End.: Rua Barão de Itapary nº 282, Centro
- f) **Anexo Centro de Oftalmologia.** End.: Rua dos Prazeres nº 93, Centro
- g) **Anexo Instituto do Fígado, Endocrinologia e Dermatologia.** End.: Rua das Hortas nº 239, Centro
- h) Demais unidades dentro do perímetro urbano de São Luís, conforme indicado pela Unidade de Hospitalidade.

11.2. Os serviços deverão ser prestados em consonância com o horário de funcionamento das atividades nos setores do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão.

11.3. Os horários da prestação de serviço podem sofrer alterações pela equipe de fiscalização do contrato, sendo respeitados o intervalo interjornada e intrajornada, desde que não ocorra acréscimo sobre a jornada de trabalho.

11.4. Definição das ambulâncias, materiais e equipamentos

11.4.1. Ambulância de Suporte Básico (Tipo B): veículo destinado ao transporte inter-hospitalar de paciente com risco de vida conhecido, não classificado com potencial de necessitar de intervenção médica durante transporte até o serviço de destino, nos termos da Portaria GM/MS 2048, de 05.11.2002, NBR – 14.561 (Veículos para atendimento a emergências médicas e resgate) e de acordo com as condições definidas neste Projeto básico e, ainda, conforme legislação pertinente em vigor. **MATERIAIS/EQUIPAMENTOS:** Sinalizador óptico e acústico; equipamento de rádio-comunicação fixo e móvel; maca articulada e com rodas; suporte para soro; instalação de rede de oxigênio com cilindro, válvula, manômetro em local de fácil visualização e régua com dupla saída; oxigênio com régua tripla (a- alimentação do respirador; b- fluxômetro e umidificador de oxigênio e c-aspirador tipo Venturi); manômetro e fluxômetro com máscara e chicote para oxigenação; cilindro de oxigênio portátil com válvula; maleta de

urgência conteúdo: estetoscópio adulto e infantil, ressuscitador manual adulto/infantil, cânulas orofaríngeas de tamanhos variados, luvas descartáveis, tesoura reta com ponta romba, esparadrapo, esfigmomanômetro, ataduras de 15 cm, compressas estéreis, pacotes de gaze estéril, protetores para queimados ou eviscerados, cateteres ou esvicerados, cateteres para oxigenação e aspiração de vários tamanhos, maleta de parto conteúdo: luvas cirúrgicas, clamps umbilicais, estilete estéril para corte do cordão, saco plástico para placenta, cobertor, compressas cirúrgicas, gazes estéreis, braceletes de identificação; suporte para soro; prancha curta e longa para imobilização de coluna; talas para imobilização de membros e conjuntos de colares cervicais; colete imobilizador dorsal; frascos de soro fisiológico e ringer lactato; bandagens triangulares; cobertores; coletes refletivos para a tripulação; lanterna de mão; óculos; máscaras e aventais de proteção e malas com medicações a serem definidas em protocolos, pelos serviços.

11.4.2. Ambulância de Transporte Avançado (Tipo D): veículo destinado ao atendimento e transporte de pacientes de alto risco em emergências pré-hospitalares e/ou de transporte inter-hospitalar que necessitam de cuidados médicos intensivos. Deve contar com os equipamentos médicos necessários para esta função, nos termos da Portaria GM/MS 2048, de 05.11.2002, NBR – 14.561 (Veículos para atendimento a emergências médicas e resgate) e de acordo com as condições definidas neste Projeto Básico e, ainda, conforme legislação pertinente em vigor. **MATERIAIS/EQUIPAMENTOS:** Sinalizador óptico e acústico; equipamento de rádio-comunicação fixo e móvel; maca com rodas e articulada; dois suportes de soro; cadeira de rodas dobrável; instalação de rede portátil de oxigênio como no item anterior (é obrigatório que a quantidade de oxigênio permita ventilação mecânica por no mínimo duas horas); respirador mecânica de transporte; oxímetro não-invasivo portátil; monitor cardioversor com bateria e instalação elétrica disponível (em caso de frota deverá haver disponibilidade de um monitor cardioversor com marca-passo externo não-invasivo); bomba de infusão com bateria e equipo; maleta de vias aéreas conteúdo: máscaras laríngeas e cânulas endotraqueais de vários tamanhos; cateteres de aspiração; adaptadores para cânulas; cateteres nasais; seringa de 20ml; ressuscitador manual adulto/infantil com reservatório; sondas para aspiração traqueal de vários tamanhos; luvas de procedimentos; máscara para ressuscitador adulto/infantil; lidocaína geléia e spray; cadarços para fixação de cânula; laringoscópio infantil/adulto com conjunto de lâminas; estetoscópio; esfigmomanômetro adulto/infantil; cânulas orofaríngeas adulto/infantil; fios-guia para entubação; pinça de Magyll; bisturi descartável; cânulas para traqueostomia; material para cricotiroidostomia; conjunto de drenagem torácica; maleta de acesso venoso conteúdo: tala para fixação de braço; luvas estéreis; recipiente com anti-séptico; pacotes de gaze estéril; esparadrapo; material para punção de vários tamanhos incluindo metálicas, plásticas e agulhas especiais para punção óssea; garrote; equipos de macro e microgotas; cateteres específicos para dissecação de veias, tamanho adulto/infantil; tesoura, pinça de Kocher; cortadores de soro; lâminas de bisturi; seringas de vários tamanhos; torneiras de 3 vias; equipo de infusão de 3 vias; frascos de soros fisiológico; ringer lactato e soro glicosado; caixa completa de pequena cirurgia; maleta de parto como descrito nos itens anteriores; sondas vesicais; coletores de urina; protetores para eviscerados ou queimados; espátulas de madeira; sondas nasogástricas; eletrodos descartáveis; equipos para drogas fotossensíveis; equipo para bombas de infusão; circuito de respirador estéril de reserva de proteção à equipe de atendimento: óculos, máscaras e aventais; cobertor ou filme metálico para conservação de calor do corpo; campo cirúrgico fenestrado; almotolias com anti-séptico; conjunto de colares cervicais; prancha longa para imobilização da coluna. Para o atendimento a neonatos deverá haver pelo menos uma incubadora de transporte de recém-nascido com bateria e ligação à tomada do veículo (12 volts). A incubadora deve estar apoiada sobre carros com rodas devidamente fixadas quando dentro da ambulância e conter respirador e equipamentos adequados para recém-natos.

11.5. Definição dos medicamentos da ambulância (tipo D):

- 11.5.1. Lidocaína sem vasoconstritor; adrenalina, epinefrina, atropina, dopamina, aminofilina, dobutamina; hidrocortisona; glicose 50%;
- 11.5.2. Soro: glicosado 5%; fisiológico 0,9%, ringer lactado;
- 11.5.3. Psicotrópicos: hidantoína, meperidina, diazepam, midazolan;
- 11.5.4. Medicamentos para analgesia e anestesia: fentanil, keatar, quelecin;
- 11.5.5. Outros: água destilada; metoclopramida, dipirona, hioscina; dinidrato de isossorbitol; furosemide, amiodarona; lanatosideo C.

11.6. A reposição dos medicamentos será de responsabilidade da Contratante;

11.7. Os veículos deverão ser do tipo furgão, 0 (zero) km e modelo 2020/2020, comprovado através de documentação (CRLV – Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo), adaptado para o serviço de ambulância, com capacidade de transporte de um paciente e um acompanhante, assim como a tripulação, com os itens de segurança ABS e Air Bag e demais acessórios obrigatórios, conforme legislação do CONTRAN. Os veículos deverão estar com a documentação em ordem, devidamente licenciados e em perfeitas condições de funcionamento. Deverão possuir o Certificado de Vistoria emitido pelo Centro de Vigilância Sanitária da Secretaria de Estado da Saúde ou, quando for o caso, pelas Vigilâncias Sanitárias Municipais, após a devida inspeção.

11.7.1. A cada três anos de serviço prestado, os veículos deverão ser trocados por novos veículos zero km, de modo que o seu modelo corresponda ao mais atual do mercado;

11.7.2. A inobservância do item 11.7.1 será aceita apenas provisoriamente, mediante autorização da CONTRATANTE, para fins de adequação da CONTRATADA aos requisitos estabelecidos neste Projeto Básico, não podendo, contudo, os veículos ultrapassarem o tempo de 3 anos de uso.

11.8. O Certificado de Vistoria deverá estar afixado em cada ambulância, em lugar visível.

11.9. Os veículos deverão atender todas as normas da Vigilância Sanitária, em vigor - CVS 9/94 e suas atualizações, Portaria nº6 SVS/MS/99 e Portaria 814/MS/2001 e outras pertinentes.

11.10. As malas de emergência de material de consumo deverão atender à Portaria N.º 6 de 29-01-1999, que aprova a Instrução Normativa da Portaria 344 de 12/05/1998, expedidos pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde (SVS – MS) e outras pertinentes.

11.11. A Contratada é responsável pelo controle da validade, dos estoques mínimos e esterilização dos materiais de consumo (médico-hospitalares) e dos medicamentos. E, também, por manter as condições de higiene e limpeza dos veículos, interna e externamente, providenciando, tantas lavagens quantas forem necessárias, conforme a necessidade.

11.12. Todas as remoções, devidamente solicitadas e autorizadas pelo HU-UFMA/EBSERH, terão custos pagos conforme tabela prevista para o valor **por remoção**.

11.13. A CONTRATADA deverá contratar profissionais (motorista) na quantidade necessária a atender as necessidades de prestação de serviço nas condições estabelecidas neste Projeto Básico, respeitada legislação trabalhista, convenção coletiva da categoria e outras legislações pertinente em vigor. Sendo que os motoristas deverão possuir:

11.13.1. Carteira Nacional de Habilitação, categoria “D” ou “E”, expedida ou averbada no órgão competente;

11.13.2. Ter habilitação profissional como motorista de veículos de emergência e transporte de pacientes, de acordo com a legislação em vigor (Código Nacional de Trânsito) e Resoluções do CONTRAN 168/04, alterada pela Resolução 285/08;

11.13.3. Ser habilitado para conduzir quaisquer veículos emergenciais determinadas no item III – DEFINIÇÃO DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DAS AMBULÂNCIAS na Portaria Ministerial N.º 2.048, de 12 de novembro de 2002, bem como outros que vierem a surgir posteriormente, em fonte competente.

11.14. A empresa contratada deverá viabilizar sistema de comunicação entre a base operacional e a Contratante de forma a atender à necessidade durante a prestação do serviço, 24h por dia todos os dias da semana garantindo a disponibilidade do serviço ininterruptamente..

## 12. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1. Os serviços de transporte deverão ser prestados de forma contínua.

12.2. A CONTRATADA deverá executar os serviços de transporte mencionados no subitem 6.1 deste Projeto, mediante a apresentação “**Requisição de Transporte**”, fornecida pela Contratante, preenchida pelo condutor-socorrista e conferida pelo Fiscal do Contrato.

12.3. Durante o horário de prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar equipamento de comunicação móvel (tipo celular, PTT ou similar) aos motoristas e o preposto, para que esses profissionais possam realizar e receber ligações, sempre que necessário à perfeita execução das suas atividades.

12.4. Os motoristas deverão executar as anotações nas Requisições, que serão conferidas e atestadas pelo Fiscal do Contrato no final do expediente.

12.5. A CONTRATADA deverá informar à CONTRATANTE, quando for o caso, qualquer defeito que ocorrer com o cabo do velocímetro, com seus lacres ou com o hodômetro, devendo, nesse caso, ser apurada a medição devida, desde que não se comprove a existência de má fé por parte da contratada.

12.6. Deverá a CONTRATADA adotar providências necessárias ao socorro de vítimas em caso de acidente de trânsito, isolamento do local (triângulo, pisca-alerta, etc), comunicação a autoridades para resgate (corpo de bombeiro), policiais e de trânsito, bem como informar imediatamente à CONTRATANTE, por intermédio da Administração do HU-UFMA/EBSERH.

12.7. Em caso de avaria mecânica, acidente de trânsito ou por quaisquer outras razões, a CONTRATADA deverá substituir o veículo avariado/acidentado no intervalo de 01 (uma) hora, a partir da notificação feita pela Administração.

12.8. A CONTRATADA poderá fazer escala de revezamento, para programação do horário de trabalho dos motoristas, substituições e/ou troca de turnos, sem prejuízo do número de ambulâncias à disposição da CONTRATANTE.

12.9. Deverá ser substituído, em até 01 (uma) hora, qualquer ambulância que, a juízo do Fiscal do Contrato, não esteja em perfeitas condições de utilização em serviço.

12.10. O instrumento de medição (hodômetro ou similar) da ambulância utilizada será acionado a partir da saída autorizada da CONTRATANTE e seu retorno, com ou sem usuário.

12.11. Não serão consideradas Requisições de Transporte rasuradas e/ou ilegíveis. Portanto, caso ocorram rasuras, trajetos ilegíveis, ou erro de preenchimento, o fato deve ser registrado e levado imediatamente ao conhecimento da fiscalização, sob pena de não receber pelo serviço prestado.

12.12. A CONTRATADA deve sempre seguir as orientações do fiscal do contrato sob qualquer circunstância.

12.13. É vedado o transporte de valores, tais como: moeda corrente nacional ou estrangeira, vales de refeição ou transporte, joias ou similares.

- 12.14. Os veículos devem estar sempre limpos para o serviço, conforme orientação do Fiscal do Contrato, de modo que as ambulâncias devem ser lavadas, no mínimo, 02 (duas) vezes por semana. Sempre que ocorrer eventualidade do veículo estar sujo, este deve ser limpo imediatamente, com possibilidade de substituição do veículo se necessário.
- 12.15. Os veículos deverão encontrar-se em perfeito estado de conservação e manutenção, abastecidos, e com a documentação exigida.
- 12.16. Os veículos deverão trafegar, obedecendo às condições definidas no item 6, com o tanque cheio no início do dia de trabalho e, no decorrer do dia, não podendo estar com o tanque inferior a 50% (cinquenta por cento) de sua capacidade máxima.
- 12.17. O condutor-socorrista do veículo deverá se ater em escolher percurso mais racional e econômico para atendimento da "Requisição de Transporte", limitando o deslocamento do veículo somente aos locais que estão identificados na requisição. E, ainda, seguir as orientações da CONTRATANTE quanto aos caminhos mais racionais e econômicos quando houver.
- 12.18. As requisições serão entregues ao motorista, antes da execução do serviço, devidamente autorizadas pelo servidor credenciado, devendo constar a assinatura do técnico de enfermagem quem acompanhou o usuário, após a execução do percurso.
- 12.19. As habilitações, dos motoristas executores dos serviços, devem ser compatíveis com os serviços executados seguindo, desta forma, a legislação de trânsito sito Lei nº 9.503, de 27/09/1997 e suas alterações.
- 12.20. Deverá a CONTRATADA exercer rígido controle com relação à validade da Carteira Nacional de habilitação de cada motorista, verificando se pertence à categoria compatível com os serviços contratados, bem como manter regularizada a documentação dos veículos.
- 12.21. Compete ao motorista, conforme Portaria Nº 2.048, de 5 de novembro de 2002:
- 12.21.1. Conduzir, com segurança, a ambulância obedecendo-se, quando em deslocamento, as regras de trânsito previstas no Código Nacional de Trânsito vigente. Quando em atendimento de emergência, adotar todas as precauções quanto à própria segurança da equipe, paciente e acompanhantes, pedestres e outros veículos.
- 12.21.2. Efetuar, ao assumir o plantão, inspeção geral da ambulância, quanto ao que segue;
- I. Documentação do veículo;
  - II. Existência e funcionamento dos equipamentos de porte obrigatório: extintor, sinalizador, macaco e chave de rodas;
  - III. Níveis de óleos água e combustível;
  - IV. Funcionamento de freios;
  - V. Sistema elétricos, luminosos e sonoros;
  - VI. Tensão da correia do motor;
  - VII. Estado geral da bateria;
  - VIII. Marcador de temperatura do motor;
  - IX. Possíveis vazamentos;
  - X. Presença de fumaça anormal no sistema de escapamento;
  - XI. Fixação e estado do escapamento;
  - XII. Ruídos anormais;
  - XIII. Eventuais peças soltas em geral;
  - XIV. Fixação e estado dos pára-choques;
  - XV. Funcionamento dos limpadores de pára-brisa;
  - XVI. Calibragem e estado de conservação dos pneus e estepe;
  - XVII. Arranhões e amassados na cabine e carroceria;
  - XVIII. Limpeza geral externa da viatura;
  - XIX. Ajuste do banco e cinto de segurança;
  - XX. Ajustes dos espelhos retrovisores.
- 12.22. A CONTRATADA deverá executar, sob orientação do técnico de enfermagem, os procedimentos de Suporte Básico à Vida, previstos para cada caso, de acordo com o Protocolo vigente, dentro de seu nível de atuação.
- 12.23. A CONTRATADA deverá executar, em conjunto com o técnico de enfermagem, o deslocamento da vítima posicionada em maca ou cadeira de rodas.
- 12.24. A CONTRATADA deverá estacionar corretamente a ambulância nos locais destinados ao estacionamento de ambulâncias no hospital de origem ou destino, de forma a evitar transtornos ou reclamações por parte da segurança local.
- 12.25. Os motoristas da CONTRATADA deverão, quando em deslocamento, utilizar o cinto de segurança e exigir a utilização correta do cinto de segurança ao acompanhante do usuário transportado na cabine da ambulância e do técnico de enfermagem.
- 12.26. Os motoristas da CONTRATADA deverão obedecer às regras para uso de sirene como segue:
- a) Acioná-la, quando em deslocamento para o atendimento de emergência, com o intuito de alertar outros condutores e de forma a garantir maior fluidez no trânsito, aguardando-se que o condutor à frente lhe ceda a passagem; respeitar-se às regras de segurança previstas no item 12.21;



- b) Nos semáforos de cruzamento em vias de movimentadas, estando a fluidez do trânsito prejudicada por sinal vermelho, desligar-se-à a sirene, voltando a acioná-la quando da abertura do semáforo (sinal verde);
- c) Quando o uso de sirene for prejudicial ao usuário, evitar seu uso continuado, acionando-a quando absolutamente indispensável;
- d) Em qualquer situação observar distância segura dos veículos que se desloquem à frente e nas laterais, evitando provocar ou dar causas a acidentes;

12.27. Os motoristas da CONTRATADA deverão executar a comunicação via rádio ou por qualquer outro meio quando solicitado pelo técnico de enfermagem ou pela central de operações, de acordo com as regras estabelecidas no Protocolo de comunicações.

12.28. Os motoristas da CONTRATADA deverão agilizar, providenciar ou orientar acompanhantes nos hospitais de destino ou origem, sobre a documentação relativa a convênios, altas, recebimentos diversos, exceto quanto ao prontuário médico e outros documentos relativos ao usuário que seja de responsabilidade exclusiva do técnico de enfermagem.

12.29. Os motoristas da CONTRATADA deverão executar a limpeza da carroceria e da cabine da ambulância sempre que necessário.

12.30. Os motoristas da CONTRATADA deverão realizar a desinfecção de cabine de transporte de usuários sempre após transporte de pacientes com doença infectocontagiosas.

12.31. Os motoristas da CONTRATADA deverão executar outras atividades de acordo com a determinação dos fiscais do contrato.

12.32. As seguintes tarefas gerais devem ser observadas por todas as categorias:

- a. Cumprir e fazer cumprir o código de conduta e o regimento interno, bem como as demais ordens da administração do HU-UFMA/EBSERH;
- b. Observar as instruções disciplinares do local de trabalho;
- c. Cumprir a escala de serviço, observando pontualmente os horários de entrada e saída, e ser assíduo ao trabalho;
- d. Atender a todos com cortesia e presteza, prestando-lhes as informações pertinentes ao funcionamento do HU-UFMA/EBSERH e do seu local de trabalho;
- e. Cumprir as ordens superiores com zelo e dedicação, exceto quando manifestamente ilegais;
- f. Manter sigilo das informações a que tiver acesso;
- g. Apresentar-se sempre com crachá;
- h. Usar o uniforme estabelecido pela empresa.

Cargo: Condutor Socorrista		
Qualificação mínima	Competências Profissionais desejáveis	Descrição das atividades específicas
<ul style="list-style-type: none"> <li>a. Ter Ensino Médio Completo;</li> <li>b. Possuir experiência comprovada, mínima de 6 (seis) meses.</li> <li>c. Possuir habilitação específica;</li> <li>d. Atestado de conduta;</li> </ul>	<p>Conduzir veículo terrestre de urgência destinado ao atendimento e transporte de pacientes; conhecer integralmente o veículo e realizar manutenção básica do mesmo; estabelecer contato radiofônico (ou telefônico) com a central de regulação médica e seguir suas orientações; conhecer a malha viária local; conhecer a localização de todos os estabelecimentos de saúde integrados ao sistema assistencial local, auxiliar a equipe de saúde nos gestos básicos de suporte à vida; auxiliar a equipe nas imobilizações e transporte de vítimas; realizar medidas reanimação cardiorrespiratória básica; identificar todos os tipos de materiais existentes nos veículos de socorro e sua utilidade, a fim de auxiliar a equipe de saúde. (PORTARIA Nº 2048, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2002).</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a. Auxiliar pacientes;</li> <li>b. Acionar profissionais de saúde quando necessário;</li> <li>c. Transportar com zelo e respeito os clientes impossibilitados de se locomoverem, conduzindo-os de maca ou de cadeira de rodas;</li> <li>d. Acompanhar pacientes nos deslocamentos internos e externos;</li> <li>e. Realizar outras atividades de mesma natureza profissional e grau de complexidade.</li> </ul>
Cargo: Atendente		
Qualificação mínima	Competências Profissionais desejáveis	Descrição das atividades específicas
<ul style="list-style-type: none"> <li>a. Ensino Médio Completo;</li> <li>b. Possuir experiência mínima de 06(seis) meses;</li> <li>c. Atestado de conduta</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a. Gerenciamento de equipe;</li> <li>b. Pró-atividade;</li> <li>c. Senso de urgência, entre outras inerentes ao cargo;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a. Atender às solicitações das áreas;</li> <li>b. Realizar os agendamentos das remoções;</li> <li>c. Realizar comunicação com os motoristas;</li> </ul>

		<p>d. Alinhar, junto aos setores solicitantes, quanto aos horários para realização das remoções, bem como comunicar quaisquer alterações durante a execução das atividades;</p> <p>e. Manter controle de todas as remoções realizadas no período, inclusive o tempo de atendimento dos chamados, os não realizados e suas motivações;</p> <p>f. Repassar ao fiscal de contrato toda e qualquer intercorrência durante a execução dos serviços.</p>
--	--	--

### 13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Manter em funcionamento sua CENTRAL DE ATENDIMENTO (Call Center) durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive sábados, domingos e feriados.

13.2. Ter disponível durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive sábados, domingos e feriados, ambulância UTI MÓVEL para atender aos chamados do Contratante imediatamente.

13.3. Executar o serviço dentro dos padrões de qualidade e segurança e obedecer às normas estipuladas na Resolução CFM nº 1.671/2003, de 29/07/2003, que dispõe sobre a regulamentação do atendimento pré-hospitalar;

13.4. Realizar a desinfecção da ambulância UTI MÓVEL e ambulância BÁSICA antes da sua utilização e sempre que necessário, de acordo com o que estabelece a Portaria nº 930/1992 do Ministério da Saúde e demais normas;

13.5. Apresentar, sempre que solicitado, a documentação comprobatória referente à manutenção preventiva e corretiva das ambulâncias, inclusive dos equipamentos que integram APH;

13.6. É da exclusiva responsabilidade da Contratada o acompanhamento quanto ao cumprimento da obrigação prevista neste item;

13.7. Providenciar a substituição imediata das ambulâncias, no caso de apresentar defeito que prejudiquem a prestação do serviço;

13.8. Responsabilizar por qualquer dano ou prejuízo que for causado a terceiros ou ao HU-UFMA/EBSERH, ficando sob sua exclusiva responsabilidade todas as despesas decorrentes e providências que forem necessárias;

13.9. Responsabilizar pelo pagamento de despesas relativas à manutenção, consertos, reparos, combustível, higienização e desinfecção da ambulância e aquisições de materiais e equipamentos necessários à prestação dos serviços objeto da contratação;

13.10. Responsabilizar pelo pagamento de tributos, taxas e outros que incidir sobre a prestação dos serviços;

13.11. Emitir a nota fiscal/fatura dos serviços prestados, a qual deverá ser apresentada juntamente com a relação dos serviços executados e após o envio do Acordo de Nível de Serviço;

13.12. A Contratada terá **03 (três) dias**, a contar da data da assinatura do contrato, para assumir a execução dos serviços.

13.13. A Contratada, além dos encargos de ordem legal e dos demais definidos em outras cláusulas e condições estabelecidas neste Projeto Básico, e sem alteração dos preços estipulados, obrigar-se-á, ainda, a:

13.13.1. Dar fiel cumprimento ao estabelecido como objeto da contratação, responsabilizando-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

13.13.2. Alterar, sempre que determinado pelo HU-UFMA/EBSERH, as rotinas e procedimentos que prejudiquem a qualidade do serviço, objeto do contrato;

13.13.3. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito;

13.13.4. Exercer controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seus empregados;

13.13.5. Manter o seu pessoal em serviço adequadamente identificado mediante crachá, com fotografia recente, trabalhando sob as ordens diretas e responsabilidades de seu(s) preposto(s) e supervisor(es), cabendo apenas a estes reportar-se ao Fiscal do Contrato, quando necessário;

- 13.13.6. Responder por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução contratual;
- 13.14. A Contratada responderá por eventuais danos causados à Contratante pelas ações, devendo indenizar todos os prejuízos quando definitivamente comprovados;
- 13.15. Instruir os seus empregados quanto às orientações para prevenção de incêndio, quando do efetivo de responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos NÃO POSSUEM NENHUM VÍNCULO EMPREGATÍCIO COM A CONTRATANTE das suas funções;
- 13.16. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros, de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do contrato, devendo orientar seus empregados nesse sentido.
- 13.17. É responsabilidade da Contratada a remuneração dos condutores-socorristas e atendente, assumindo toda obrigação trabalhista oriunda do contrato de trabalho estabelecido com os mesmos.
- 13.18. Apresentar POP (Procedimento Operacional Padrão) para análise da Contratante.
- 13.19. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os art. 14, 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia ou dos pagamentos devidos à Contratada o valor correspondente aos danos sofridos.
- 13.20. Utilizar na prestação dos serviços profissionais habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 13.21. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.
- 13.22. Não permitir, na execução dos serviços objeto desta contratação, a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 13.23. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 13.24. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos previstos no inciso VI do art. 81 da Lei nº 13.303/2016.
- 13.25. Cumprir os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal e as normas internas de segurança e medicina do trabalho.
- 13.26. Submeter à fiscalização permanente dos gestores do contrato designados pela Contratante.
- 13.27. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade observada nos postos das instalações em que houver prestação dos serviços.
- 13.28. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 13.29. Emitir nota fiscal pela própria Contratada, obrigatoriamente com o mesmo número de inscrição do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) apresentado nos documentos requisitados para habilitação. Não serão aceitas notas fiscais emitidas com outro CNPJ, mesmo aquele de filiais ou da matriz. Na nota fiscal deverá constar o número do pedido de fornecimento gerado pela Contratante.
- 13.30. Na nota fiscal deverá constar o número do pedido de fornecimento gerado pela Contratante.
- 13.31. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas nem subcontratar quaisquer das prestações a que está obrigada.
- 13.32. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
- 13.33. Fiscalizar o perfeito cumprimento da prestação de serviço a que se obrigou, cabendo-lhe totalmente os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão/EBSERH.
- 13.34. Indenizar terceiros e/ou o Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão/EBSERH, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o prestador de serviço

adotar todas as medidas preventivas com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes.

13.35. Manter seus empregados, quando nas dependências do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão/EBSERH, devidamente identificados com crachá subscrito pelo prestador de serviço, no qual constará, no mínimo, sua razão social, nome completo do empregado e fotografia 3x4.

13.36. Comunicar ao Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão/EBSERH, por escrito, no prazo máximo de 05 (dias) dias, a ocorrência de fato ou ato impeditivo ou retardador da execução do contrato, a contar da ciência/conhecimento pela empresa, sob pena de incidir em inadimplemento, sujeito às cominações legais e contratuais. Comunicar, imediatamente, qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros meios necessários para recebimento de correspondência.

13.37. Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão/EBSERH, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência a esta instituição imediatamente e por escrito de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da contratação.

13.38. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

13.39. Designar um profissional (nome e telefone), como Responsável Técnico, para acompanhar e se responsabilizar pela execução dos serviços, inclusive pela regularidade técnica e disciplinar no tocante à atuação dos trabalhadores. Tal profissional reportar-se-á diretamente à Unidade demandante.

13.40. Manter, durante toda a execução do serviço em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar à Contratante a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.

13.41. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do HU-UFMA/EBSERH.

13.42. Arcar com as despesas diretas e indiretas, tais como: salários, transportes, alimentação, diárias, assistência médica, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados no desempenho dos serviços, ficando ainda o HU-UFMA/EBSERH isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

13.43. Relatar de imediato ao HU-UFMA/EBSERH toda e qualquer irregularidade observada em virtude da prestação de serviços.

13.44. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento das obrigações constantes do Projeto Básico e proposta apresentada pela Contratada.

13.45. Manter todos os seus dados cadastrais atualizados junto ao SICAF.

13.46. Prestar todos os esclarecimentos ou informações solicitados pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos serviços, bem como aos documentos relativos à sua execução.

13.47. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os subsídios em qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

13.48. Regularizar, quando notificada pela Contratante, sob pena de sofrer as penalidades estabelecidas no edital e seus anexos, as eventuais falhas na execução dos serviços fora das suas especificações.

13.49. Responder por qualquer prejuízo ou dano causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do serviço, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente.

13.50. Efetuar, de imediato, o afastamento de qualquer funcionário das dependências do HU-UFMA/EBSERH, cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados inconvenientes ou insatisfatórios ao bom andamento dos serviços.

13.51. Comunicar à Contratante quaisquer fatos ou circunstâncias detectados por seus empregados quando da execução dos serviços, que prejudiquem ou possam vir a prejudicar a qualidade dos serviços ou comprometer a integridade do patrimônio público.

13.52. Não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços discriminados, sem o consentimento prévio e por escrito da Contratante.

13.53. Não utilizar o nome da Contratante, ou sua qualidade de contratado, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos, sob pena de rescisão do presente contrato.

13.54. Os serviços deverão ser prestados em conformidade com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego.

- 13.55. Serviços prestados em desconformidade com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego estarão sujeito às sanções e penalidades legais aplicáveis.
- 13.56. Fornecer a seus funcionários os Equipamentos de Proteção Individual (EPI), conforme legislação atinente, com respectivo CA (Certificado de Aprovação) atualizado, conforme a exigência de cada função e posto de trabalho.
- 13.57. Garantir que todos os funcionários envolvidos no trabalho estejam sempre portando vestimentas adequadas e EPI's condizentes com o tipo de trabalho executado, obedecendo as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, Normas ABNT e demais exigências de segurança em vigor.
- 13.58. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas seus empregados quando em serviço, por tudo, quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício das atividades.
- 13.59. Comunicar, por escrito, imediatamente, à unidade demandante, a impossibilidade de execução de qualquer obrigação, para a adoção das providências cabíveis.
- 13.60. Cumprir as disposições do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990).
- 13.61. Manter as condições de habilitação para contratar com a administração pública, apresentando, sempre que exigido, os comprovantes de regularidade fiscal.
- 13.62. Manter vínculo empregatício formal e expresso com seus empregados, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas, fiscais, emolumentos, além de seguros e indenizações, taxas e tributos pertinentes, conforme a natureza jurídica do Contratado.
- 13.63. Não utilizar na execução dos serviços, sob quaisquer formas, a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da Contratante ou servidor aposentado.
- 13.64. Realizar a desinfecção da ambulância UTI móvel antes da sua utilização e sempre que necessário, de acordo com o que estabelece a Portaria nº 930/1992 do Ministério da Saúde e demais normas.
- 13.65. O Motorista deverá possuir a necessária carteira de habilitação para dirigir a ambulância e treinamento APH. É da exclusiva responsabilidade da Contrata o acompanhamento quanto ao cumprimento da obrigação prevista neste item.
- 13.66. Providenciar a substituição, imediata, da ambulância no caso de apresentar defeito que prejudique a prestação do serviço.
- 13.67. A Contratada deverá apresentar comprovante de que cumpre e segue as normas de segurança e Medicina do Trabalho, através do registro do SESMT (Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho) na DRT do Ministério do Trabalho, se for o caso, ou declaração de isenção do comprovante amparado pela legislação.
- 13.68. Todos os documentos exigidos neste item serão analisados pela Unidade demandante, que emitirá Parecer Técnico Conclusivo, informando se os documentos apresentados pelo licitante encontram-se de acordo com os exigidos no presente processo.
- 13.69. Para execução completa da solução, a empresa contratada atenderá às seguintes cláusulas contratuais:
- 13.70. Manter em funcionamento sua Central de Atendimento durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive sábados, domingos e feriados;
- 13.71. Ter disponível durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive sábados, domingos e feriados, ambulância UTI MÓVEL e os profissionais necessários para atender aos chamados do contratante;
- 13.72. Executar o serviço dentro dos padrões de qualidade e segurança e obedecer às normas estipuladas na Resolução CFM nº 1.671/2003, de 29/07/2003, que dispõe sobre a regulamentação do atendimento pré-hospitalar;
- 13.73. Apresentar, sempre que solicitado, a documentação comprobatória referente à manutenção preventiva e corretiva das ambulâncias, inclusive dos equipamentos que a integram;
- 13.74. Comprovar qualificação do Motorista por meio de Carteira de Habilitação para dirigir a ambulância e treinamento APH;
- 13.75. Permitir a visita às suas dependências para supervisão e fiscalização;
- 13.76. Demonstrar, sempre que solicitado pela Contratante, os serviços ofertados e/ou os serviços executados, para verificação do atendimento às especificações através de relatório. É indispensável a apresentação de relatório mensal dos serviços executados em que deverão constar as seguintes informações: remoções por tipo de ambulância, horários, nome do(s) paciente(s), nomes e funções dos membros da equipe de remoção, local de destino e valor;
- 13.77. Disponibilizar veículos (ambulâncias) para cobertura dos serviços de remoção em caso de manutenção ou indisponibilidade das ambulâncias de propriedade do HU-UFMA/ EBSERH;

- 13.78. Manter serviço de atendimento ao cliente para esclarecimento de dúvidas e atendimento imediato da Contratante, através de funcionário de referência designado pela empresa;
- 13.79. Manter o veículo em condições higiênicas e sanitárias salubres e ideais para a execução do serviço, conforme legislação vigente;
- 13.80. A Contratada deverá informar à Contratante, em tempo hábil, sobre qualquer motivo que impossibilite assunção dos serviços deste instrumento.
- 13.81. As contratações deverão, ainda, observar, no que couber para cada tipo de objeto, as normas relativas à disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pela Contratada.
- 13.82. A Contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental, de acordo com o que determina a Instrução Normativa SLT1/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, tendo como referência o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis e o Guia Prático de Licitações Sustentáveis da CJU /SP-3a Edição da Advocacia Geral da União (AGU) nos seguintes aspectos:
- 13.83. Realizar a destinação ambiental adequada dos resíduos de saúde, conforme a Resolução 258/2005 CONAMA e Resolução da Diretoria Colegiada RDC 306/2004 ANVISA;
- 13.84. Realizar a proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores dos serviços de saúde e daqueles que exercem atividades de promoção e assistência à saúde em geral, consubstanciada na Norma Regulamentadora NR 32/ABNT;
- 13.85. Utilizar produtos de acordo com as diretrizes da ANVISA e Inmetro, quando couber.
- 13.86. Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender:
- I - Os limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores - PROCONVE, conforme resoluções CONAMA nº 18, de 06/05/1986, complementações e alterações supervenientes;
  - II - Utilizar combustível renovável, tais como etanol, gás natural veicular, biodiesel, eletricidade, entre outros, inclusive mediante tecnologia "flex", nos termos da Lei nº 9.660, de 1998;
  - III - Atender aos limites máximos de ruídos fixados nas normas do CONAMA nº 1, de 11/02/1993, n. 08/1993, nº 17/1995, nº 272/2000 e nº 242/1998 e legislação superveniente e correlata;
  - IV - Ser submetidos, periodicamente, ao Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso I/M vigente, mantido pelo órgão estadual ou municipal competente, sendo inspecionados e aprovados quanto aos níveis de emissão de poluentes e ruído, de acordo com os procedimentos e limites estabelecidos pelo CONAMA ou, quando couber, pelo órgão responsável, conforme resolução CONAMA nº 418, de 25/11/2009, complementações e alterações supervenientes.
  - V - O (s) veículo (s) a ser (em) utilizado (s) na execução dos serviços deverá possuir a Etiqueta da categoria A (mais eficiente) do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular) ou comprovada eficiência energética equivalente.

#### 14. **SUBCONTRATAÇÃO**

- 14.1. Não será permitida a subcontratação de todo ou de parte do serviço objeto desta licitação.

#### 15. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 15.1. As despesas decorrentes desta contratação serão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no Orçamento Geral da União para o exercício de 2022.
- 15.2. As despesas do ano subsequente estarão submetidas à dotação orçamentária própria prevista para atendimento da presente finalidade, a ser consignada pelo HU-UFMA.

#### 16. **CUSTO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**

- 16.1. Com a finalidade de averiguar o custo da contratação, efetuou-se pesquisa de preços com base na Norma SEI nº 02/2019/DAI/EBSERH e na Instrução Normativa 73, de 05/08/2020, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.
- 16.2. O valor estimado do procedimento licitatório será sigiloso, conforme determina o art. 13 do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSERH, com o objetivo de que os licitantes apresentem propostas formuladas com base em seus custos efetivos e não guiadas pelo orçamento elaborado pela administração.
- 16.3. Nos termos da alínea b.1, subitem 2.9, item 2, anexo V, IN SEGES/MP nº 05/2017, é dispensável a Planilha de Custos e Formação de Preços para composição do valor estimado de contratação de serviços terceirizados que não demandem a alocação exclusiva de mão de obra junto à administração contratante.

#### 17. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 17.1. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar os serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e deste Projeto Básico
- 17.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 17.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.
- 17.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato.
- 17.5. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 17.6. Exigir o imediato afastamento de qualquer funcionário ou preposto da Contratada que embarace a fiscalização ou que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício de suas funções.
- 17.7. Restituir, mediante recibo e ao final do contrato, os bens cedidos por empréstimo, em perfeitas condições de uso, quando for o caso.
- 17.8. Expedir, por escrito, as determinações e comunicações dirigidas à CONTRATADA;
- 17.9. Autorizar as providências necessárias junto a terceiros;
- 17.10. Caberá à CONTRATANTE comunicar ou denunciar imediatamente e por escrito qualquer falha ou deficiência por parte da CONTRATADA, sempre que estas ocorrerem.
- 17.11. Realizar e registrar os agendamentos e chamados de ambulância, inclusive o controle para fins de conferência e pagamento de faturas.
- 17.12. Atestar a prestação dos serviços realizados e realizar o pagamento de faturas no prazo de até 30 (trinta) dias da apresentação.
- 17.13. Comunicar a CONTRATADA qualquer fato que implique no ajuste do valor da fatura ou que viabilize a atestação da prestação do serviço.
- 17.14. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA;
- 17.15. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 18. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

- 18.1. O HU-UFMA deve acompanhar e fiscalizar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, por meio de representantes especialmente designados, na forma do art. 102 do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSERH.
- 18.2. O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, de acordo com as seguintes disposições:

I – **Gestão da Execução do Contrato:** é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;

II – **Fiscalização Técnica:** é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário;

III – **Fiscalização Administrativa:** é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;

IV – **Fiscalização Setorial:** é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade; e

V – **Fiscalização pelo Público Usuário:** é o acompanhamento da execução contratual por pesquisa de satisfação junto ao usuário, com o objetivo de aferir os resultados da prestação dos serviços, os recursos materiais e os

procedimentos utilizados pela contratada, quando for o caso, ou outro fator determinante para a avaliação dos aspectos qualitativos do objeto.

18.3. O HU-UFMA designará por meio de Portaria o(s) representante(s) que irão realizar a fiscalização dos serviços prestados, que irão anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais e comunicando a autoridade competente, quando for o caso

18.4. A fiscalização não exclui e nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do HU-UFMA ou de seus agentes e prepostos.

18.5. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

18.6. A Contratada ficará sujeita a mais ampla e irrestrita fiscalização, obrigando-se a prestar todos os esclarecimentos porventura requeridos pela Contratante, que designará representantes para acompanhar a execução dos serviços, nos termos do art. 101 do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSERH.

18.7. Serão designados representantes para acompanhar, fiscalizar e realizar a Gestão da execução do Contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

18.8. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 76 da Lei 13.303 de 2016.

18.9. O representante da administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

18.10. A Contratante poderá exigir o afastamento de qualquer funcionário ou preposto da Contratada que venha causar embaraço à fiscalização, ou que adote procedimentos incompatíveis com o exercício das funções que lhe forem atribuídas.

18.11. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados.

18.12. Os representantes da Contratante deverão ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

18.13. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Projeto Básico, na proposta, no edital e no contrato.

18.14. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 47 e no Anexo V, item 2.6, subitem i, ambos da IN nº 05/2017.

18.15. A fiscalização do contrato avaliará a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) do Projeto Básico, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a Contratada:

- a) Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

18.16. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

18.17. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

18.18. A fiscalização do contrato deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

18.19. Em hipótese alguma, será admitido que a própria contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.



18.20. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela fiscalização, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

18.21. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à Contratada, de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

18.22. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

18.23. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.

#### 19. DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO

19.1. Com vistas à melhoria contínua na prestação de serviços, será estabelecido um Acordo de Nível de Serviços nas condições descritas a seguir.

19.2. O Acordo de Nível de Serviço constitui-se em um ajuste escrito, anexo ao contrato, entre o Contratante e o Contratado, que define, em bases compreensíveis, tangíveis objetivamente observáveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento (Instrução Normativa n.º 05, 26 de maio de 2017).

19.3. O fiscal técnico verificará os itens desse Acordo de Nível de Serviço diariamente, e anotará as falhas ocorridas que serão atestadas pelo preposto uma a uma, conforme quadro abaixo:

OCORRÊNCIAS	PONTOS
Qualidade dos serviços prestados quanto aos padrões exigidos pela Contratante (agilidade, presteza, cordialidade, eficiência, etc.).	0,5
Presteza no atendimento das recomendações da Contratante quanto à execução do contrato.	0,5
Cumprimento de horários e disciplina.	1
Atendimento às orientações, determinações e solicitações da Contratada.	0,5
Qualidade dos serviços prestados quanto à qualificação dos funcionários.	1
Apresentação dos funcionários quanto aos aspectos de higiene, utilização de uniformes, etc.	0,5
Atendimento às orientações, determinações e solicitações da Contratada.	0,3
Não utilizar EPI's e EPC's necessários a execução dos serviços.	1
Falta de cumprimento ou atraso na prestação dos serviços no prazo estipulado.	0,3
Percentual e frequência de reprovação dos serviços.	1

19.4. A empresa CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a existência de ocorrências que serão avaliadas pela CONTRATANTE, no prazo de 1 (um) dia útil a partir do registro da ocorrência.

19.5. No final do mês será apurado o total de ocorrências para cada item e preenchido no Relatório de Ocorrências.

19.6. O somatório total da pontuação decorrente dos registros de ocorrências servirá como base para que o Contratante aplique a glosa mensal, de modo que, atingindo a pontuação necessária à configuração de uma glosa, esta será aplicada sobre o valor apurado do Nota Fiscal/Fatura do mês referente ao da avaliação. A glosa poderá ser aplicada no mês de competência da Nota Fiscal /Fatura ou no mês subsequente;

19.7. Glosas previstas, conforme somatório total da pontuação decorrente da Avaliação da Qualidade do Serviço:

PONTUAÇÃO	AVALIAÇÃO	GLOSAS
De 1 a 3,9 pontos	BOM	Liberação de 100% da fatura.
De 4 a 6,9 pontos	REGULAR	Aplicação de glosa de 1% (dois por cento) do valor da NF.
De 7 a 10 pontos	RUIM	Aplicação de glosa de 3% (três por cento) do valor da NF.

19.8. Após a apresentação do relatório, a Contratada terá um prazo de 1 (um) dia útil para apresentar suas justificativas em caso de discordância da avaliação. A não apresentação das justificativas dentro do prazo implicará na aceitação tácita da avaliação.

19.9. No caso de apresentação de justificativas pela Contratada, elas serão analisadas pelo gestor do contrato em conjunto com os Fiscais Técnico e Administrativo do Contrato, que poderá alterar a avaliação ou mantê-la, comunicando sua decisão à Contratada.

19.10. Caso julgue procedente, a ocorrência será tornada sem efeito, caso julgue a justificativa improcedente, será realizado o desconto.

19.11. A glosa da fatura pela aplicação do ANS não exclui a aplicação das penalidades previstas no item 22 deste Projeto Básico.

19.12. Caso o preposto da empresa contratada se negue a atestar as ocorrências verificadas, essas poderão ser atestadas por duas testemunhas e/ou através de foto/filmagem.

19.13. Somente após a emissão do Acordo do Nível de Serviço pela fiscalização é que a contratada emitirá a Nota Fiscal para pagamento

## 20. DO PAGAMENTO

20.1. O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, acompanhada dos demais documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações da Contratada.

20.2. O pagamento somente será efetuado após o **atesto** pelo Fiscal(is) do Contrato, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, que conterá o detalhamento dos serviços executados e será acompanhada dos demais conforme segue:

- a. **Comprovaantes de pagamento dos salários**, referentes ao mês anterior, juntamente com as **cópias das folhas de pagamento** ou **contracheques** e/ou outros documentos equivalentes, com as respectivas **assinaturas dos empregados** alocados na execução dos serviços contratados, atestando o recebimento dos valores;
- b. **Comprovaantes/guias de recolhimento da contribuição previdenciária (INSS) do empregador e dos empregados** alocados na execução dos serviços contratados, conforme dispõe o artigo 195, § 3º da Constituição federal, **sob pena de rescisão contratual**, observada a obrigatoriedade de fornecer a **relação nominal dos empregados** a que se referem os recolhimentos;
- c. **Comprovaantes/guias de recolhimento** do FGTS **dos empregados** alocados na execução dos serviços contratados, referente ao mês anterior;
- d. **Comprovante** da entrega dos **vales alimentação e transporte aos empregados** alocados na execução dos serviços contratados, **sem o que não serão liberados os pagamentos das respectivas faturas**;
- e. **Comprovante do pagamento do 13º salário aos empregados** alocados na execução dos serviços contratados;
- f. **Comprovante da concessão de férias** e correspondente pagamento do **adicional de férias aos empregados** alocados na execução dos serviços contratados, na forma da Lei;
- g. **Encaminhamento** das informações trabalhistas **dos empregados** alocados na execução dos serviços contratados exigidas pela legislação;
- h. Cumprimento das obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho; e
- i. Cumprimento das demais obrigações dispostas na CLT em relação aos empregados vinculados ao contrato.

20.3. O atesto fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada com os serviços efetivamente prestados.

20.4. Fica o HU-UFMA/EBSERH autorizado fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos.

20.5. Quando não for possível a realização dos pagamentos a que se refere à alínea b do subitem 20.2 pela própria administração, esses valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem

utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS.

20.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o HU-UFMA/EBSERH.

20.7. O documento de cobrança deverá conter ao menos:

- a. CNPJ da Contratada conforme preâmbulo do Contrato;
- b. Número do instrumento contratual dado pelo HU-UFMA/EBSERH;
- c. Descrição clara do objeto;
- d. Período de faturamento;
- e. Valor cobrado em conformidade com as condições contratuais pactuadas, discriminando valor unitário e valor total.

20.8. A Nota Fiscal ou fatura correspondente à prestação dos serviços deverá indicar o valor de retenção para a Previdência Social – INSS, Imposto de Renda, CSLL, PIS, COFINS e ISS com base na IN 1234/2012 da Receita Federal do Brasil, Manual do substituto tributário do imposto sobre serviços – ISS e Lei nº 9.711 de 20 de novembro de 1998.

20.9. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 05, de 26 de maio de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- a. Não produziu os resultados acordados;
- b. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- c. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

20.10. Antes do pagamento, o HU-UFMA/EBSERH realizará consultas para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, imprimindo e juntando os resultados ao processo de pagamento.

20.11. Serão efetuadas as seguintes consultas:

- a. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.
- b. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – CADIN
- c. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- d. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa.
- e. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

20.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, inclusive quanto ao artigo 31 da Lei nº 8.212, de 1991.

20.13. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

20.14. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

20.15. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

20.16. O HU-UFMA/EBSERH não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada que porventura não tenha sido acordada no contrato.

20.17. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

**EM = I x N x VP**, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	( 6 / 100 )	I = 0,00016438
			TX = Percentual da taxa anual = 6%

**21. FORMALIZAÇÃO E VIGÊNCIA**

21.1. A contratação será formalizada por intermédio de instrumento contratual com vigência de 36 (trinta e seis) meses a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos subsequentes mediante termos aditivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, após a verificação da real necessidade e com vantagens à Administração, nos termos do Art. 71, da Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016.

21.2. A cada 12 meses, sem necessidade de prorrogação formal, a Contratante juntamente com a Contratada podem reunir-se para negociar, obedecidos os limites legalmente admitidos, a manutenção ou extinção do contrato, sem qualquer repercussão negativa para a parte desistente;

21.3. A denúncia contratual, concedido um aviso prévio, pode ser realizada a qualquer tempo, desde que preservado um prazo inicial mínimo, antes que se efetive a extinção do contrato.

21.4. A Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

21.5. Toda prorrogação de contratos será precedida da realização de pesquisas de preços de mercado ou de preços contratados por outros órgãos e entidades da Administração Pública, visando a assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa para a Administração, em relação à realização de uma nova licitação.

21.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando:

21.6.1. O valor estiver acima do limite máximo fixado em ato normativo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, admitindo-se a negociação para redução de preços, para readequação ao referido limite;

21.6.2. A Contratada tiver sido declarada inidônea ou suspensa no âmbito da União ou do próprio órgão contratante, enquanto perdurarem os efeitos;

21.6.3. A Contratada não mantiver, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação

21.6.4. A Contratada não concordar com a eliminação, do valor do contrato, dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido pagos ou amortizados no primeiro ano de vigência da contratação.

21.7. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

21.8. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto do presente contrato, até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado.

**22. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

22.1. Comete infração administrativa a Contratada que, no decorrer da contratação:

- a. Inexecutar total ou parcialmente o contrato;
- b. Apresentar documentação falsa;
- c. Comportar-se de modo inidôneo;
- d. Cometer fraude fiscal;
- e. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital ou no Contrato.

22.2. Com fundamento nos artigos 82 e 84 da Lei nº Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016, a Contratada ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de:

I - 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) ao dia sobre o valor do contrato em caso de atraso na entrega ou execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

II - 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de atraso na entrega do objeto ou execução dos serviços, por período superior ao previsto no item anterior, limitado a 15 (quinze) dias subsequentes. Após o trigésimo primeiro dia e a critério da Administração, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

III - De até 5% (cinco por cento) do valor do contrato, nas hipóteses não previstas nas alíneas anteriores, em caso de inexecução parcial da obrigação assumida.

IV - 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor contratado, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

V - No caso de ocorrência concomitante das multas previstas nas alíneas I, II e III, o percentual aplicado não poderá ultrapassar a 7,5% (sete e meio por cento).

c) Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o HU-UFMA/EBSERH, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir o HU-UFMA/EBSERH pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

22.3. 16.3 Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

22.3.1. Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

22.3.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

22.3.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

22.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016.

22.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

22.6. Caracteriza-se como falta grave, compreendida como falha na execução do contrato, o não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como a não manutenção das condições de habilitação e o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e da declaração de impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002.

22.6.1. Até que a Contratada comprove o disposto no item acima, o HU-UFMA/EBSERH deverá reter a garantia prestada e os valores das faturas correspondentes a 1 (um) mês de serviços, podendo utilizá-los para o pagamento direto aos trabalhadores no caso de a empresa não efetuar os pagamentos em até 2 (dois) meses do encerramento da vigência contratual.

22.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados ao HU-UFMA serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Ebserh, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão cobrados judicialmente.

22.7.1. Caso o HU-UFMA/EBSERH determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

22.8. 16.8 O cálculo das multas poderá se basear na graduação prevista nas tabelas de infrações abaixo:

**Tabela – Percentagem para Multa**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA (em relação ao valor total do contrato)
1	0,06%
2	0,2%
3	0,3%
4	0,4%
5	0,6%
6	1%

Tabela – Infrações

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Permitir a presença de empregado não uniformizado ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá	1	Por empregado e por ocorrência
2	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços	3	Por empregado e por dia
3	Suspender ou interromper, em sua totalidade, os serviços contratuais, salvo motivo de força maior ou caso fortuito	6	Por ocorrência e por dia
4	Subcontratar o serviço	6	Por ocorrência
6	Utilizar as dependências do HU-UFMA/EBSERH para fins diversos do objeto do contrato	5	Por ocorrência
7	Recusar-se a executar serviço determinado pela equipe de fiscalização, sem motivo justificado	4	Por ocorrência
8	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem anuência prévia do HU-UFMA/EBSERH	4	Por empregado e por dia
9	Reter documentos pessoais de seus empregados	3	Por ocorrência e por dia
10	Efetuar o pagamento de verbas trabalhistas em desacordo com a proposta apresentada ou determinação normativa, inclusive das Convenções Coletivas aplicáveis às categorias	5	Por ocorrência e por dia
11	Indicar preposto sem treinamento, qualificação e/ou remuneração compatíveis com a função	3	Por ocorrência e por dia
12	Demora injustificada no atendimento das solicitações emanadas da equipe de fiscalização	2	Por ocorrência e por dia

Para os itens seguintes, deixar de:

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
13	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal	1	Por empregado e por dia
14	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições	3	Por ocorrência
15	Manter a documentação de habilitação atualizada	2	Por item e por ocorrência

16	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela equipe de fiscalização	4	Por ocorrência
17	Cumprir determinação da equipe de fiscalização para controle de acesso de seus funcionários	1	Por ocorrência
18	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da equipe da fiscalização	4	Por ocorrência
19	Efetuar a reposição de funcionários faltosos	4	Por empregado e por ocorrência
20	Efetuar o pagamento de salários, vale transportes, auxílio alimentação, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionada à execução do contrato nas datas avençadas	6	Por ocorrência e por dia
21	Entregar o uniforme aos funcionários no prazo estipulado no contrato	5	Por empregado e por dia
22	Apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária	6	Por ocorrência e por dia
23	Entregar no prazo os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências e dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida pela equipe de fiscalização	4	Por ocorrência e por dia
24	Observar determinação da legislação trabalhista	6	Por ocorrência
25	Registrar a Carteira de Trabalho e Previdência Social de seus empregados	6	Por empregado e por ocorrência
26	Fornecer meios para que seus funcionários cumpram as tarefas gerais ou específicas previstas para cada posto de trabalho	1	Por ocorrência
27	Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança para execução dos serviços, quando necessário	4	Por empregado e por ocorrência
28	Cumprir as políticas de segurança do HU-UFMA/EBSERH	2	Por ocorrência
29	Recolher as contribuições sociais da Previdência Social e do FGTS	6	Por empregado e por ocorrência

22.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22.10. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

22.11. As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da licitação serão previstas no Edital.

**23. REAJUSTE**

23.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

23.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice Geral do Preço do consumidor - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$$R = V (I - I^0) / I^0, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I<sup>0</sup> = Índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

23.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

23.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

23.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

23.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

23.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

23.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

**24. GARANTIA CONTRATUAL**

24.1. Será exigida a prestação de garantia pela Contratada, no percentual de **5% (cinco por cento) do valor total do contrato**, nos moldes do art. 70 da Lei nº 13.303/16, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

24.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contados da assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária.

24.3. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

24.4. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme o inciso I do Art. 115 do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSERH.

24.5. Somente será aceita a prestação de garantia que cubra, no mínimo, os seguintes riscos ou prejuízos decorrentes da execução do contrato:

- a) Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) Prejuízos causados à Contratante ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) As multas moratórias e compensatórias aplicadas à Contratada;
- d) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela Contratada.

24.6. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

24.7. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do CONTRATANTE, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.



- 24.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 24.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 24.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada, mediante Ofício entregue contra recibo, assim como providenciará complementação em caso de repactuação do valor do contrato.
- 24.11. O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 24.12. Será considerada extinta a garantia:
- a) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;
  - b) no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.
- 24.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.
- 24.14. A CONTRATADA autoriza ao CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste TR.
- 24.15. A garantia da contratação somente será liberada:
- a) ante a comprovação de que a CONTRATADA pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria; e
  - b) após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais, inclusive recolhimento de multas e satisfação de prejuízos causados o CONTRATANTE ou terceiros, bem como ante a comprovação do pagamento pela CONTRATADA.
- 24.16. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.
- 24.17. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, o CONTRATANTE poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação:
- a) do pagamento das respectivas verbas rescisórias; ou
  - b) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

## 25. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

- 25.1. Nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, deverão ser adotadas as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:
- a) Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;
  - b) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
  - c) Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes; e
  - d) Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

## 26. QUANTO À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

### 26.1. DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

- 26.1.1. Em razão do objeto contratado e para seu cumprimento, a CONTRATADA realizará o tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis em nome da CONTRATANTE, nos termos do inciso VII, do artigo 5º e artigo 39, da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018.

26.1.2. A CONTRATADA deve cumprir as disposições da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018, bem como das políticas e normas internas da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares sobre o tema (disponíveis em [www.ebserh.gov.br](http://www.ebserh.gov.br)), implementando medidas técnicas e organizacionais adequadas para assegurar a proteção dos direitos do titular dos dados pessoais.

26.1.3. O tratamento de dados pessoais pela CONTRATADA será limitado às atividades estritamente necessárias para o alcance das finalidades do objeto contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, ao exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

26.1.4. O tratamento de dados pessoais só poderá ser realizado pela CONTRATADA durante o prazo previsto para a execução do objeto contratado.

26.1.5. É vedado à CONTRATADA o compartilhamento dos dados pessoais com outras pessoas jurídicas ou físicas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou regulamentares necessárias para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual ou com a prévia autorização da CONTRATANTE.

26.1.6. Nas hipóteses de compartilhamento previstas no item anterior, a CONTRATADA assume toda a responsabilidade decorrente da operação realizada, especialmente no que diz respeito à observância da adequada proteção e resguardo aos direitos dos titulares originais.

## 26.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

26.2.1. A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus colaboradores das obrigações deste instrumento e do compromisso assumido com a proteção de dados pessoais, inclusive no tocante à Política de Proteção de Dados Pessoais da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.

26.2.2. A CONTRATADA se comprometerá a autorizar o tratamento de dados pessoais apenas às pessoas que assinem termo de sigilo e confidencialidade, que deve ter vigência pelo prazo de execução contratual e 10 anos após o seu término.

26.2.3. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, deverá ser realizada após prévia aprovação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção, guarda e gestão dos termos de consentimento.

26.2.4. O armazenamento dos dados pessoais objeto de tratamento pela CONTRATADA em razão do presente contrato deve respeitar as premissas, políticas e especificações técnicas, além de estar adequado e alinhado com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado.

26.2.5. Quando a natureza dos dados objeto de tratamento exigir, seu armazenamento deverá ocorrer em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas, controle de acesso apenas a pessoas autorizadas e transparente identificação do perfil dos credenciados, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros, exceto com autorização da CONTRATANTE.

26.2.6. A eventual transferência internacional de dados pessoais pela CONTRATADA, para fins do previsto no item anterior, deverá atender ao disposto nos artigos 33, 34, 35 e 36, da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018, e às seguintes regras:

- a) a legislação do país para o qual os dados foram transferidos deve assegurar o mesmo nível de proteção que a legislação brasileira em termos de privacidade e proteção de dados, sob pena de encerramento da relação contratual, em vista de restrição legal prevista no ordenamento jurídico brasileiro;
- b) os dados transferidos serão tratados em ambiente da CONTRATADA;
- c) o tratamento dos dados pessoais, incluindo a própria transferência continuará a ser feito de acordo com as disposições pertinentes da legislação sobre proteção de dados aplicável, que não viole as disposições pertinentes do Brasil;
- d) deve ser oferecida garantia suficiente em relação às medidas técnicas e organizacionais, que deverão ser especificadas formalmente à CONTRATANTE, sendo que a CONTRATADA não deve compartilhar com terceiros dados que lhe sejam remetidos;
- e) as medidas de segurança devem ser adequadas para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizados (especialmente quando o tratamento implicar a sua transmissão por rede), e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito, bem como devem assegurar um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento representa e à natureza dos dados a proteger, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação;
- f) o tratamento de dados pessoais deve ser realizado em nome da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares e em conformidade com as suas instruções e as cláusulas do contrato, sob pena de suspensão da transferência de dados pessoais e/ou rescisão do contrato;
- g) as respostas às solicitações da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares devem ser rápidas e adequadas.

26.2.7. A CONTRATADA deverá manter registro das operações de tratamento de dados pessoais realizadas em nome da CONTRATANTE.

26.2.8. A CONTRATADA enviará todos os dados e informações solicitadas pela CONTRATANTE necessários à resposta aos titulares de dados no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser prorrogado em situações excepcionais devidamente justificadas e autorizadas pela CONTRATANTE.

26.2.9. A CONTRATADA cumprirá, de imediato, as solicitações da CONTRATANTE para cumprimento de requerimento do titular dos dados pessoais referente aos direitos previstos no artigo 18 da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018, tais como correção, eliminação, anonimização ou bloqueio dos dados.

26.2.10. A CONTRATADA disponibilizará à CONTRATANTE todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato, bem como permitirá e contribuirá, quando necessário, para a realização de auditorias e inspeções relativas à proteção de dados pessoais, realizadas pela CONTRATANTE ou por auditor externo por esta designado.

26.2.11. A CONTRATADA, quando necessário e solicitado pela CONTRATANTE, encaminhará informações para elaboração de relatório de impacto à proteção de dados pessoais relacionado às atividades objeto deste contrato que demandam o tratamento de dados pessoais, observando-se o seguinte:

a) a solicitação de informações para elaboração de relatório de impacto à proteção de dados pessoais será feita por escrito à CONTRATADA;

b) as informações deverão ser repassadas ao Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais da CONTRATANTE no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

26.2.12. A CONTRATADA comunicará à CONTRATANTE, por escrito, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de segurança, entendido como evento adverso confirmado, tal como acesso não autorizado, acidental ou ilícito que resulte na destruição, perda, alteração, vazamento ou ainda, qualquer forma de tratamento de dados inadequada ou ilícita, devendo seguir as orientações da CONTRATANTE.

26.2.13. A CONTRATADA, quando for de sua responsabilidade, tomará as medidas necessárias para cessar e/ou minimizar os danos decorrentes da violação de dados pessoais, respondendo administrativa e judicialmente por eventuais danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais objeto de tratamento em decorrência da execução contratual.

26.2.14. Encerrada a vigência do contrato e/ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento e restituirá à CONTRATANTE os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), ressalvada instrução expressa sobre a eliminação, bem como a possibilidade de sua conservação, nos termos do art. 16 da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018.

## 27. SUBCONTRATAÇÃO

27.0.1. É vedado à CONTRATADA subcontratar atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais sem autorização expressa e por escrito da CONTRATANTE.

27.0.2. Em caso de autorização da subcontratação, a CONTRATADA permanecerá totalmente responsável perante a CONTRATANTE pelo cumprimento das obrigações da empresa subcontratada, especialmente pelas obrigações de proteção dos dados pessoais.

## 28. DISPOSIÇÕES GERAIS

28.0.1. A CONTRATANTE se compromete, em caso de necessidade de tratamento de dados pessoais compartilhados pela CONTRATADA para cumprimento de obrigações previstas neste contrato, a observar as disposições da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018 e regulamentos da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

## 29. RESPONSÁVEL(EIS) PELO PROJETO BÁSICO

29.1. O presente "Projeto Básico" foi elaborado pela Unidade de Hospitalidade/Setor de Hotelaria Hospitalar do HU-UFMA/EBSERH, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, com o interesse e a conveniência da Administração, parte integrante deste processo.

São Luís – MA, 07 de abril de 2022

**Paulo Eduardo da Silva Aguiar**  
Assistente Administrativo - fiscal técnico  
(Assinado Eletronicamente)

**Nylciléia de Jesus Pereira**  
Chefe da Unidade de Hospitalidade  
(Assinado Eletronicamente)

**Edenilde Alves Dos Santos**

Chefe do Setor de Hotelaria Hospitalar  
(Assinado Eletronicamente)

30. **APROVAÇÃO DO PROJETO BÁSICO**

30.1. Diante dos Elementos Técnicos para a decisão, onde o Projeto Básico contém elementos capazes de propiciar a orientação necessária para a condução do Processo Licitatório.

30.2. Estando o processo de contratação na esfera pública regulamentado por normativas legais e visto o Projeto básico ter os elementos necessários e determinantes para a análise;

30.3. Aprovamos o presente Projeto Básico, nos termos da Portaria -SEI n.º 185, de 26 de maio de 2021.

(Assinado Eletronicamente)

**Allan Kepler Gonçalves Lago Messias**  
Chefe da Divisão de Logística e Infraestrutura Hospitalar

(Assinado Eletronicamente)

**Eurico Santos Neto**  
Gerente Administrativo

31. **ENCARTES**

**ENCARTE A DO PROJETO BÁSICO**

**DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

**PREGÃO ELETRÔNICO (RP SIDEC 000 / 2022)**

Para fins de participação na licitação Pregão Eletrônico nº XXX/2022, a empresa (nome completo da proponente) \_\_\_\_\_, CNPJ Nº \_\_\_\_\_, sediada \_\_\_\_\_ (endereço completo), DECLARA sob as penas de Lei, que atende a todos os requisitos da legislação existente sobre sustentabilidade ambiental na produção e/ou comercialização, armazenamento e transporte do objeto da licitação.

Local e data: \_\_\_\_\_

Assinatura devidamente identificada do representante legal  
Nº do CPF e Nº da Identidade



Documento assinado eletronicamente por **Nylcileia de Jesus Pereira, Chefe de Unidade**, em 14/04/2022, às 14:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Eduardo da Silva Aguiar, Assistente Administrativo**, em 14/04/2022, às 15:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eurico Santos Neto, Gerente**, em 18/04/2022, às 07:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Allan Kepler Gonçalves Lago Messias, Chefe de Divisão**, em 18/04/2022, às 09:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site



[https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0),  
informando o código verificador **20901326** e o código CRC **ACE83EA1**.

---

---

**Referência:** Processo nº 23523.038212/2021-07 SEI nº 20901326

---

Criado por [nylcileia.pereira](#), versão 2 por [nylcileia.pereira](#) em 14/04/2022 14:24:28.